

CURSINHO DA POLI GERA DIVIDENDOS POLÍTICOS PARA SEUS “PROPRIETÁRIOS”

Vinicius Rodrigues Vieira
Jornalista

Daniel Garcia



Ou a incrível história de como o Grêmio Politécnico foi expropriado por um grupo de ex-alunos, que se apoderaram do Cursinho da Poli — criando para isso um instituto e uma fundação — e o transformaram em um empreendimento mercantil. A Promotoria de Fundações está investigando o caso

O Cursinho da Poli está prestes a ter sua gestão assumida pela Fundação PoliEducar, instituição privada controlada por ex-alunos da Escola Politécnica que se apropriaram do projeto. Porém, a direção do Grêmio Politécnico (GP), idealizador e responsável pelo cursinho até 2002, encaminhou representação à Promotoria de Fundações do Ministério Público Estadual (MPE), requerendo investigações e a extinção da PoliEducar.

Além disso, a partir do segundo semestre de 2006 o GP daria início a um cursinho com caráter social nas dependências da Escola Politécnica. Um ato de refundação do projeto original foi realizado em 21 de junho deste ano para marcar sua retomada. Segundo Raul Júlio, diretor do GP, não serão cobradas mensalidades dos alunos.

Haverá 100 vagas distribuídas em duas turmas noturnas, com início previsto para agosto de 2006. A seleção seria por meio de prova, com uma taxa de inscrição de R\$ 10. Todos os que acertassem mais de 40% das 50 questões participariam de um sorteio, o qual definiria os 100 alunos. Júlio diz que a intenção, porém, é elaborar uma seleção socioeconômica. Para participar do processo seletivo, a condição é que os interessados tenham cursado os ensinamentos fundamental e médio apenas em escolas públicas. Os professores do cursinho atuarão em regime de voluntariado.

A iniciativa do GP contrasta com o caráter mercantil do Cursinho da Poli “apropriado”. Os 7.000

alunos deste último pagam mensalidades entre R\$ 193 e R\$ 334. No entanto, em resposta a um questionário enviado por e-mail, a direção do Cursinho afirma que o projeto mantém “compromisso social”, traduzido “na concessão de bolsas parciais — com base em critérios sócioeconômicos, e não por mérito — e integrais, cerca de 500 a cada ano, estas para minorias marginalizadas pela sociedade, como moradores de rua, detentos, menores assistidos pela Febem, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, menores em situação de risco e índios de diversas tribos”.

Um procedimento investigatório foi instaurado em junho de 2005, a pedido do Grêmio e do vereador Carlos Gianazzi, que também quer auditoria nas contas do Cursinho

Considerando-se o valor médio das mensalidades (R\$ 263,50), e multiplicando-o pelo número de alunos que não recebem bolsa integral (6.500) chega-se a uma receita anual de cerca de R\$ 1,7 milhão. A estimativa é necessária, pois a direção do Cursinho silenciou quanto à arrecadação com mensalidades, uma atitude endossada pela Promotoria de Fundações. Em resposta a um pedido da *Revista Adusp*, a direção do Cursinho declarou que as

informações sobre sua movimentação financeira deveriam ser obtidas no MPE. Contudo, o promotor de justiça de fundações da capital, Valdir Vieira Rezende, disse por telefone, em 25/5, que não presta esclarecimentos sobre procedimentos investigatórios.

O Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000776/2005, ao qual se refere o caso, foi instaurado em 2/6/2005, após representação conjunta da diretoria do GP e do vereador Carlos Gianazzi (sem partido). Além do já citado pedido de extinção da PoliEducar, o documento encaminhado ao MPE também solicita uma auditoria nas contas do cursinho.

Numa tentativa de acordo com o GP, os membros do conselho curador do Instituto Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação (IGPDE), pessoa jurídica responsável pelo Cursinho desde 2002, apresentaram uma proposta para a constituição da Fundação PoliEducar — que, em tese, compartilharia o poder com outros grupos além daquele que se apropriou do projeto.

Antes de prosseguir o relato, faz-se preciso explicar o porquê de a PoliEducar ser criada: o novo Código Civil, aprovado em 2000, extinguiu a figura jurídica do instituto. Diante desse problema, os controladores do Cursinho optaram por organizar uma fundação, alegando que isso daria maior transparência ao projeto, pois as contas passariam a ser fiscalizadas pelo MPE. Porém, a instauração do inquérito pela Promotoria de Fundações interrompeu a ativação

da PoliEducar. Por isso, o IGPDE ainda responde pelo Cursinho.

Nas palavras da direção do Cursinho, “foi apresentada uma proposta (...) que consistia na ampliação e abertura do Conselho [Curador] da Fundação PoliEducar para membros e representantes da Escola Politécnica da USP, como docentes e dirigentes. Tal proposta foi recentemente recusada pelo Grêmio Politécnico”.

Daniel Garcia

Daniel Garcia

Para o diretor da EP, que recusou proposta de integrar conselho curador da Fundação PoliEducar, o Cursinho “não existe mais” e a questão deve ser resolvida na Justiça

O diretor Júlio confirma a recusa, explicando que tal proposta manteria o poder dos “proprietários” do Cursinho. Afinal, dos sete assentos no colegiado, um caberia ao GP; um ao diretor da Escola Politécnica; um ao Conselho Técnico-Administrativa (CTA) da unidade; e os quatro restantes ficariam com um funcionário do Cursinho e com três membros de um esdrúxulo “Conselho Politécnico”, formado “por ex-alunos da Poli que participaram do projeto por mais de oito anos”, conta Rodrigo Rodrigues, da diretoria do GP. Esse requisito (mais de oito anos de projeto) é preenchido apenas, por coincidên-



Raul Júlio, diretor do Grêmio da Poli



Sílvia Craveiros, do Capacita Sampa

cia, pelos chamados “proprietários” do Cursinho. Além do que, pondera Rodrigues, dificilmente o funcionário selecionado para integrar o Conselho Curador tomaria posição contrária à direção do Cursinho, “com medo de ser demitido”.

O diretor da Poli, professor Ivan Faleiros, confirma também ter recusado a proposta. “Para mim, [o Cursinho] não existe mais”, respondeu o diretor quando perguntado a respeito da apropriação do projeto pelo grupo de ex-alunos. Trata-se, para ele, de questão que deve ser resolvida pela Justiça. De qualquer forma, segundo o professor e a direção do GP, não há a possibilidade de contestar judicialmente o uso do nome “Poli” pelo grupo que se apropriou do Cursinho, já que se trata de um termo não-registrável.

Enquanto a Promotoria de Fundações não decide como encaminhar a representação do GP, os “proprietários” do Cursinho

exploram sua marca, celebrando contratos com os governos federal e municipal, por intermédio do IGPDE, para desenvolver projetos de capacitação profissional de jovens.

O Cursinho foi escolhido entidade-âncora do Consórcio Social da Juventude (CSJ) em São Paulo, num processo sem licitação sobre o qual alguns relatos levantam suspeitas, reforçadas pelo silêncio de personagens procurados pela reportagem. O CSJ é um projeto de capacitação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no âmbito do programa “Primeiro Emprego”.

As atividades do “Juventude Sampa”, versão local do programa, tiveram início em abril de 2005. De acordo com o Cursinho da Poli, “desde o ano passado, foram atendidos (...) 3 mil jovens pertencentes a famílias com renda *per capita* mensal de até 0,5 salário mínimo.

Em breve, terão início as aulas de uma quarta turma, com 2 mil vagas, na Zona Norte da Capital. O projeto superou a meta de inserção dos jovens no mercado de trabalho, de 30%, e teve um custo *per capita* de R\$ 3,30 por hora-aula (excluídos vale-transporte e bolsa)”.
 Até agosto de 2005, o Ministério do Trabalho e Emprego havia investido R\$ 55 milhões nos vários consórcios espalhados pelo país, sendo que poderia despende até o final daquele ano mais R\$ 105 milhões. Como a reportagem desconhece qual o número de horas-aula, é impossível estimar quanto o IGPDE arrecadou com o projeto.

Como entidade-âncora, caberia ao Cursinho da Poli formar uma rede de organizações não-governamentais que desenvolvessem programas de capacitação. Sua direção informa que 200 organizações da sociedade civil participaram das três primeiras turmas do projeto. A reportagem entrou em contato com cinco delas por e-mail, já que seus telefones não estavam disponíveis nos respectivos sítios na Internet. Nenhuma delas respondeu até o fechamento desta edição.

O Ministério do Trabalho não respondeu às perguntas que lhe foram encaminhadas pela reportagem, e o deputado federal Ricardo Berzoini também não

“NÃO FOSSE PELO IGPDE, O CURSINHO

Documento produzido pela gestão 2002 do Grêmio da Politécnica (GP) menciona que havia “uma excessiva preocupação [da diretoria do GP] com os projetos do Grêmio — principalmente o Cursinho — em detrimento da representação dos alunos”. A diretoria avaliou que o GP corria riscos por ser o responsável legal por um projeto, o Cursinho, que havia tomado proporções relativamente grandes: já contava com 15 mil alunos e teria alugado imóveis para seu funcionamento e tomado empréstimos em banco.

“É, portanto, irresponsabilidade para o Grêmio e para o projeto que estes estejam sob a mesma pessoa jurídica. Além disso, há sempre o questionamento de se é realmente estudantil um projeto que está longe dos estudantes e que não sofre influência de suas opiniões”, cita o documento, revelando que, embora o Cursinho estivesse formalmente subordinado ao GP, já

havia um grupo de pessoas, egressas de gestões anteriores da entidade, que dominavam o projeto.

Para ser desvinculado da entidade estudantil, o Cursinho da Poli deveria transformar-se num instituto. Ao tentar criá-lo, porém, a gestão de 2002 do GP descobriu que seria impossível, pois já existia — havia cinco anos — um instituto vinculado à entidade, criado em absoluto segredo.

Foi o que ocorreu em 11/6/1997, quando os então diretores do GP aprovaram, em reunião, uma proposta apresentada pelo então presidente da entidade, Henrique Alfonsi, de criação do Instituto Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação (IGPDE). Seu estatuto indica como objetivo “administrar e manter em funcionamento o Cursinho da Poli, respeitando o seu caráter social”.

O estatuto do IGPDE define a composição do conselho curador, seu órgão máximo, apontando como

uma atuação na área de formação de jovens, no que diz respeito ao mercado de trabalho”, opina o professor Roberto Menezes, que, assim como outros três docentes, foi demitido no início de 2005 em virtude de perseguição política.

Segundo o Termo de Referência do CSJ (p. 22), a entidade-âncora deveria ser uma “entidade social de reconhecida atuação em âmbito local, regional ou nacional, com no mínimo cinco anos de atuação”. Mas, considerando os registros do GP (vide quadro acima), o IGPDE era o responsável pelo cursinho havia apenas três anos em 2005, quando o contrato foi celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego. “O que consta é que o Cursinho da Poli não tem

Todavia, a direção do Cursinho da Poli nega qualquer irregularidade, afirmando que o IGPDE responde pela gestão do empreendimento desde 1997. “A escolha do Cursinho da Poli para gerir o Consórcio Social da Juventude na cidade de São

HO DA POLI TERIA SIDO EXTINTO”, AFIRMAM DIRETORES

membros os fundadores da entidade e dois integrantes da diretoria do GP, sendo um deles o presidente. Fundaram o IGPDE o próprio Henrique Alfonsi, José Carlos Massonetto, Gilberto Giusepone (Professor Giba), Marcelo Gomes, Renato Rodrigues (coordenador do cursinho) e André Luiz Leite.

Além de Alfonsi, faziam parte da diretoria do GP de 1997 tanto Massonetto (vice-presidente) como Gomes (tesoureiro) e Rodrigues (aluno colaborador), que já havia sido tesoureiro do GP em 1994 e seria eleito presidente em 1998. Giusepone presidira a entidade em 1996. Leite, por sua vez, tornara-se coordenador do Cursinho em 1997.

O estatuto do GP, datado de 1989 e não alterado até hoje, define quais são os departamentos não-autônomos do GP, entre eles o Cursinho. Apesar disso, a criação do IGPDE parece encontrar respaldo nesse mesmo estatuto,

ao estabelecer este que, “para que um departamento não autônomo torne-se autônomo, deve criar um estatuto e submetê-lo à aprovação da diretoria [do GP]”. Conforme ata da reunião da diretoria do GP de 11/6/1997, o estatuto próprio do IGPDE foi aprovado.

“Quando a notícia de que uma chapa de oposição tinha vencido as eleições, a primeira reação foi a de preocupação com o projeto”, relata o documento do GP de 2002, referindo-se ao grupo que controla o Cursinho. “Quando descobriram que a nossa proposta era desvincular e não acabar, a segunda reação foi no sentido de desvincular o mais rapidamente possível, antes que surgisse algum problema”, prossegue o texto.

Assim, o IGPDE foi “ativado” por seus fundadores, que, de fato, se tornaram responsáveis pelo Cursinho. O documento da gestão de 2002 ainda aponta que “a expectativa de crescimento do Cursinho e

a alternância de poder no Grêmio foram motivadores da fundação do Instituto”.

A versão dos “proprietários” é bem outra. “Não fosse pelo IGPDE, criado em 1997, o Cursinho da Poli teria sido extinto em 2002”, contra-atacam os diretores do Cursinho. “Naquele ano, o Grêmio Politécnico decidiu que não era mais do seu interesse dar continuidade ao Cursinho da Poli, cuja gestão era compartilhada com o IGPDE desde 1997. Aquela direção do Grêmio transferiu para o IGPDE contratos, ativos e passivos do Cursinho — incluindo compromissos trabalhistas que superavam o ativo total da instituição”.

Rodrigo Rodrigues, da direção do GP, contesta: “Eu vejo isso como a apropriação de um projeto como um todo. Não é só o nome. Tanto que a gente não briga pelo nome: a gente briga pelo projeto. Eles tomaram o projeto do Grêmio para interesses próprios”.

Paulo baseou-se na sua inquestionável experiência, de quase 20 anos, na educação de jovens de menor renda, egressos da rede pública de ensino”, justifica, fazendo referência aos primórdios do projeto, em 1987 (**vide Cronologia**).

Em abril de 2006, a *Revista Adusp* encaminhou perguntas à coordenação do CSJ, no Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar das promessas de respostas e dos repetidos contatos, não houve retorno até o fechamento desta edição.

Os professores Menezes e Gilberto Cunha, outro docente demitido, afirmam que Gilberto Giusepone, conhecido como Professor Giba, e Renato Rodrigues, membros do Conselho Curador do IGPDE, integram o grupo político do deputado federal Ricardo Berzoini, presidente do PT. À época da abertura das atividades do CSJ de São Paulo, Berzoini era o ministro do Trabalho e Emprego.

Rodrigues e Giusepone são filiados ao PT. O último foi candidato à

Câmara Municipal paulistana pelo partido. Perguntada pela reportagem a respeito da existência de um possível conflito de interesses nas relações entre o IGPDE e o Ministério do Trabalho e Emprego, na medida em que Giusepone seria politicamente ligado a Berzoini, a direção do Cursinho respondeu que o projeto foi escolhido “por sua reconhecida competência na educação de jovens de menor renda”. “A insinuação de que outros fatores, sem fundamento técnico, teriam

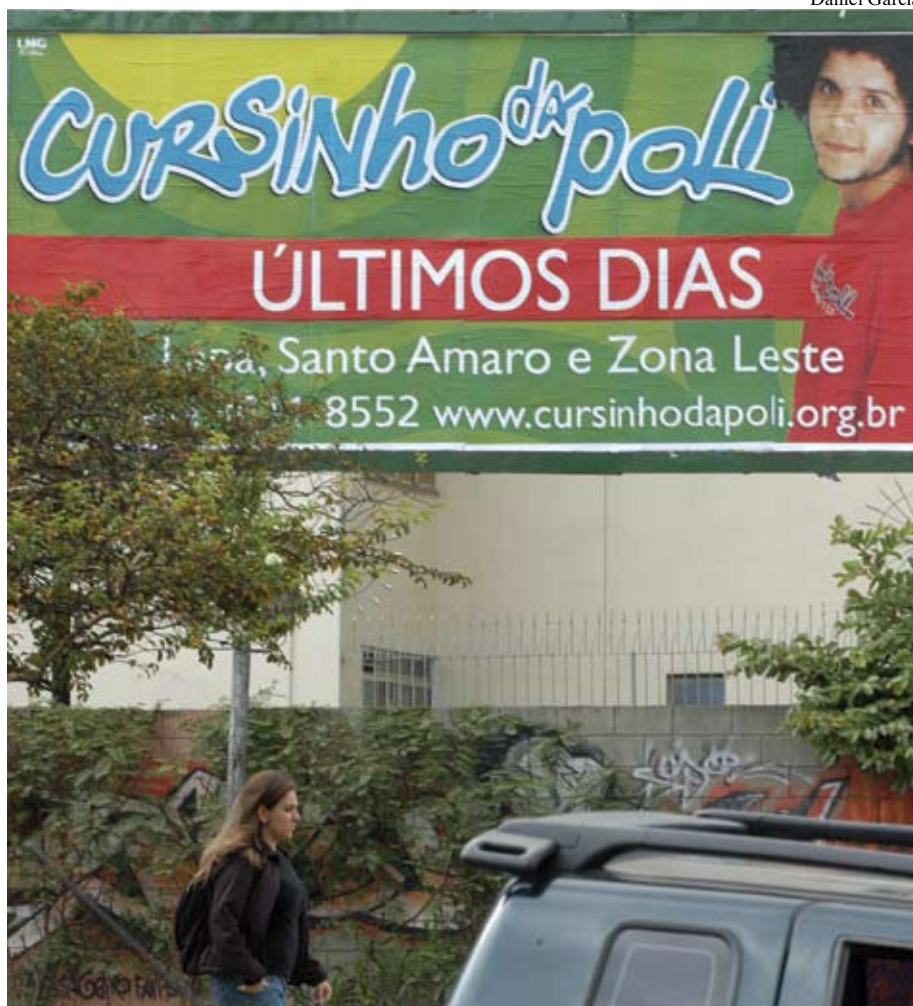
pesado em qualquer uma dessas decisões governamentais é leviana, não merece comentários”.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do Diretório Nacional do PT, para que Berzoini se pronunciasse sobre o caso. Apesar da promessa de resposta, até o fechamento da edição o parlamentar não se manifestou.

“O problema não é um grupo trabalhar com Berzoini. O problema é um grupo se apropriar de uma entidade que fazia parte do GP, que havia desenvolvido uma experiência de democratização, um trabalho de inclusão social, que, de repente, transfere essa experiência para o espaço de um grupo político”, critica Cunha.

O Cursinho da Poli foi contratado pela Prefeitura de São Paulo, na gestão Serra (2005), para desenvolver atividades do programa “Capacita Sampa”, recebendo valores estimados em R\$ 3,6 milhões

Como a própria direção do cursinho reconhece, o *know-how* e a estrutura montada para o CSJ permitiram-lhe assumir um outro projeto, bastante similar àquele da parceria com o MTE. O “Capacita Sampa”, da Secretaria Municipal



Campanha publicitária veiculada pelo Cursinho da Poli no início de 2005

do Trabalho (SMTrab), também visa à capacitação de jovens.

Segundo Sílvia Craveiros, coordenadora do programa, o Cursinho foi selecionado pela capacidade de atender jovens em pontos diversos da cidade. Para o CSJ, o Cursinho alugou outras duas sedes (uma na Zona Sul, em Santo Amaro, instalada numa antiga fábrica, e outra na Zona Leste, em Itaquera), além dos dois prédios que já ocupava na Lapa (Zona Oeste). Todos os locais foram aproveitados para o “Capacita Sampa”. Um quarto centro, na Zona Norte, foi instalado num local cedido pela SMTrab, em Santana.

“Dentre outras [*sic*] entidades,

foi a que tinha a possibilidade de responder em grande escala em termos de estrutura, computadores. E o Cursinho da Poli é uma entidade que tem muita experiência em trabalhar com jovens, com capacitação de jovens”, justifica Sílvia, destacando que houve licitação para a escolha do Cursinho, que também apresentou um preço baixo por aluno.

“Foram atendidos no primeiro módulo, ministrado pelo Cursinho da Poli, mais de 7.500 jovens. O programa continua, agora com viés profissionalizante, estando aos cuidados de diversas entidades da sociedade civil, que buscarão a

CRONOLOGIA

- 1987** – O Cursinho da Poli nasce por iniciativa do Grêmio Politécnico (GP) e do então diretor da EP, professor Décio de Zagóti. O objetivo é oferecer um curso pré-vestibular gratuito, visando à inclusão social, formação crítica dos estudantes, e democratização do acesso à universidade pública.
- 1992** – O então diretor da EP, professor Francisco Landi, inicia oposição sistemática ao funcionamento do Cursinho nas dependências da escola.
- 1996** – O Cursinho deixa de funcionar na EP, embora as pressões por parte da diretoria da unidade para que isso ocorresse tivessem diminuído.
- 1997** – Fundação do IGPDE, criado como “departamento autônomo” do GP. O instituto não é “ativado” de imediato: o GP continua a ter participação ativa na definição dos rumos do Cursinho.
- 2000** – Diante da recusa do Curso Anglo em fornecer material didático para o cursinho, decide-se criar uma coleção própria de apostilas. Porém, a viabilidade do projeto depende da expansão do número de vagas, que passa de 8.000 para 15.000.
- 2002** – Uma chapa de oposição vence as eleições para a diretoria do GP, derrotando o grupo que controlava o Cursinho havia 10 anos. O IGPDE é ativado em meio a um processo cercado de controvérsias.
- 2004** – Fim da seleção sócio-econômica dos alunos. Em outubro, a Fundação PoliEducar é fundada. Acusações de uso do projeto para fins políticos ganham força quando um dos membros do conselho curador, Gilberto Giusepone, o Professor Giba, candidata-se a vereador de São Paulo.
- 2005** – Abertura de duas novas unidades do Cursinho, nas zonas Leste e Sul. Demissão de quatro professores acentua crise que havia começado no ano anterior e amplia o questionamento dos rumos do projeto, que começa a prestar serviços para os governos federal e municipal na área de capacitação profissional. Ativação da PoliEducar é adiada em virtude de procedimento investigatório aberto pelo MPE.
- 2006** – GP refunda o cursinho com caráter social. Aulas começam no segundo semestre nas dependências da Poli.

inclusão dos alunos no mercado de trabalho. Na primeira fase, o custo do projeto foi de R\$ 2,40 por hora-aula aluno (excluídos o vale-transporte e a bolsa) para os cursos de Matemática, Português e Inclusão Digital”, relata a direção do Cursinho. O módulo básico durou de novembro a dezembro de 2005, tendo durado 160 horas.

Silvia diz, que, no total, são pagos R\$ 3 por aluno e hora-aula. Levando esses dados em conta, o cursinho recebeu R\$ 3.628.800 da prefeitura pelo “Capacita Sampa”.

Dados mais precisos poderiam ter sido obtidos se não tivesse havido limitações aos pedidos da reportagem para fazer fotocópias de documentos públicos referentes ao caso.

Como o processo do “Capacita Sampa” já estava no Arquivo Municipal, não foi possível consultá-lo no mesmo dia em que a reportagem compareceu à SMTrab para entrevistar Sílvia Craveiros. Dias depois, a *Revista Adusp* retornou lá para consultar os documentos após aviso por

telefone, mas, ao chegar à sede da secretaria, foi surpreendida com a notícia de que eles haviam sido requisitados pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) e não poderiam mais ser vistos.

A justificativa é de que se tratava de um procedimento de rotina, pois o tribunal escolhe aleatoriamente processos para realizar auditorias periódicas. Até o fechamento da edição, a *Revista Adusp* não havia sido avisada, conforme prometido, da liberação dos documentos para consulta.